

# Delegado entrega à Justiça documentos "desaparecidos"

*Inquérito que investigou vereadora Maeli Vergniano reapareceu após ser lido pelo "Estado"*

WILSON PAIVA

O delegado titular do 28.º Distrito Policial, Antônio Ribeiro, afirmou ontem que não foi ele que comunicou à Justiça a inexistência de cópia do inquérito policial em que foi investigada a participação da vereadora Maeli Vergniano (ex-PPB, sem partido) e de seu irmão, o ex-administrador regional de Pirituba, Márcio Tristão Vergniano Neto, num esquema de cobrança de propinas de camelôs na região.

A solicitação da cópia havia sido feita porque o processo, que tem como réu o empresário Francisco Gilmar Fernandes, desapareceu misteriosamente da 12.ª Vara Criminal de São Paulo. Os autos, restaurados em razão do desaparecimento dos originais, estão incompletos porque um telex em nome do delegado Ribeiro, com data do dia 12 de março, informava a inexistência das cópias do inquérito no distrito.

A reportagem do **Estado**, porém, teve acesso à cópia do inquérito na própria delegacia, no dia 22. Ao tomar conhecimento disso, o Ministério Público determinou a imediata busca e apreensão da cópia dos autos no DP.

Ontem à tarde, se antecipando à ordem judicial, o delegado Ribeiro levou em mãos os volumes do inquérito à juíza Carmem Lúcia da Silva. "Não fui eu que enviei o telex e não sei quem pode ter sido", afirmou o delegado. O delegado assistente da 4.ª Delegacia Seccional Norte, Joaquim Oliveira Cesar, disse que o caso será investigado pela Corregedoria de Polícia Civil. "Acho tudo muito estranho", afirmou Cesar, que não descarta a possi-

bilidade de algum funcionário da delegacia ter recebido vantagens para omitir a cópia do inquérito.

**"Manda-chuva"** – A situação torna-se ainda mais estranha quando se lê os depoimentos do inquérito, que relatam a suposta participação da vereadora e do ex-administrador regional num esquema semelhante ao investigado atualmente pela CPI dos Fiscais e por delegados e promotores do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco).

Num dos depoimentos, o capitão da Polícia Militar Luiz Claudio Galvão, do 4.º BPM – acusado por camelôs de dar cobertura à cobrança de propinas – afirmou que o "assessor" da AR-Pirituba Rubens Moura apresentou-lhe o marido da vereadora Maeli, Josué, como sendo o "manda-chuva" na regional.

Moura era oficial de gabinete de Maeli, mas, conforme vários depoimentos, tinha livre acesso às dependências da AR-Pirituba, onde dispunha inclusive de uma sala para atender pessoas. Ele ocupou o cargo na subsecretaria par-

lamentar da Câmara de 13 de janeiro de 1997 a 5 de março de 1998 (época da demissão do regional Vergniano).

A denúncia de cobrança de propinas dos ambulantes foi confirmada pela funcionária da Prefeitura Gilma Pinheiro da Silva. Segundo ela, ao procurar obter uma licença de camelô para o carnaval foi aconselhada por Moura a procurar Fernandes, que lhe teria exigido R\$ 100,00. O pagamento da maioria das propinas, conforme consta nos depoimentos, foi feito com cheques – cujos parapeiros finais não foram rastreados pela polícia. A vereadora não responde a processo na Justiça referente ao caso. O promotor de Justiça Luiz Paulo Santos Aoki afirma que enviará cópias dos autos ao Gaeco.

**TELEX  
INFORMAVA  
INEXISTÊNCIA  
DE CÓPIAS**

## OS PRINCIPAIS SUSPEITOS

**Ex-secretário Alfredo M. Savelli**



Denunciado por prevaricação e formação de quadrilha. Foi exonerado da Secretaria de Vias

Públicas e Serviços e Obras. É acusado de ter-se omitido, pois teria tido conhecimento das denúncias.

**Dep. estadual Hanna Garib (PPB)**



Suspeito de integrar esquema de propinas na AR da Sé. Foi suspenso do partido está sendo investigado por

uma Comissão de Ética da Assembléia.

**Vereadora Maria Helena (PL)**



Suspeita de integrar esquema de propinas na AR da Freguesia do Ó; pressionado, o ex-regional Milton de

Jesus desmentiu suas acusações

**Vereador Cosme Lopes (PPB)**



Citado como suposto favorecido em esquemas de cobrança de propinas na AR do Jaçanã-Tremembé

**Ex-regional João Bento dos Santos Filho**



Denunciado por concussão, formação de quadrilha e prevaricação, foi preso

**Dep. federal Zé Índio (PPB)**



Ex-vereador, sua campanha teve ajuda financeira de 2 regionais, Arlindo Alves e Edson Batista.

O primeiro fora indicado por ele para a AR-Mooca e Batista, antes de assumir a AR-Lapa, era subordinado de Alves.

**Vereador Paulo Roberto Faria Lima (sem partido)**



Suspeito de integrar esquema de propinas na AR de Pinheiros. Deixou o PPB.

**Vereador Armando Mellão (sem partido)**



Citado por ex-agente da AR de São Miguel, que acusou 3 funcionários de seu gabinete de chefiar esquema de propinas

**Vereador Vicente Viscome (sem partido)**



Suspeito de integrar esquema de propinas na AR da Penha. Teve a prisão decretada e está foragido. Foi expulso do PPB.

**Vereador José Izar (PPB)**



Inquérito policial para apurar o suposto envolvimento dele em esquemas de propinas na AR da Lapa

**Vereador Dito Salim (PPB)**



Acusado de sugerir à empresa Panco que pagasse propina para liberação de notas, segundo o deputado Conte

Lopes (PPB), e de apropriação indébita, por reter parte dos salários de seus funcionários

**Dep. estadual Conte Lopes (PPB)**



Sua campanha teve ajuda financeira do ex-regional do Jaçanã-Tremembé Gildo Benício dos Santos, indiciado por omissão em loteamentos clandestinos na Cantareira. A regional é controlada por seu sobrinho, o vereador Cosme Lopes (PPB).